

CNMP ESTENDE DOIS PADRÕES PARA TODO MPU E AGORA JOAQUIM BARBOSA, COMO FICA?

O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou, nesta terça-feira (6), por unanimidade, os Processos de Controle Administrativo que tratavam do reenquadramento com mais dois padrões para todos os servidores do MPU. Diante dessa decisão, o Judiciário precisa rever, com urgência urgentíssima, sua posição de ignorar esse direito dos servidores.

O Sindjus realizou, em reuniões setoriais e atos públicos, um grande trabalho de mobilização junto aos servidores do MPU, que atenderam ao chamado do sindicato e lotaram não só o auditório do Conselho, mas também as caixas de email dos conselheiros reivindicando a extensão do reenquadramento a todos os servidores do MPU.

Pressão total

O próprio Conselheiro Mário Bonsaglia, que havia pedido vista no início da manhã, comentou sobre a quantidade de emails recebidos e de dirigentes sindicais e servidores em seu gabinete. O Sindjus, inclusive, marcou presença no CNMP durante os últimos dias, conversando com a conselheira relatora Maria Ester, e com os outros conselheiros, com objetivo de garantir a votação e aprovação dessa matéria. Foi nesse clima de pressão total que o reenquadramento foi aprovado. E é essa mesma pressão que os servidores do Poder Judiciário devem fazer.



Foto: Daniel Nogueira

E essa pressão deve ser feita principalmente sobre o presidente Joaquim Barbosa, que é quem tem colocado obstáculos à política de valorização da nossa categoria. O ato do dia 8 de agosto, em frente ao STF, às 15h, é fundamental para que o Judiciário siga o mesmo caminho do MPU. Não temos tempo a perder. Os coordenadores já conversaram com presidentes de tribunais, diretores e secretários-gerais, mas só com a mobilização e pressão dos servidores é que vamos conseguir essa vitória.

Legitimidade

Durante as três vezes que o Plenário do CNMP analisou essa questão, o resultado, por unanimidade, foi favorável ao reenquadramento com mais dois padrões que é defendido pelo Sindjus desde a

implantação das Leis 12.773/12 (MPU) e 12.774/12 (Judiciário). A posição do CNMP deu legitimidade e força para a nossa luta. Chegou a sua vez, servidor do Judiciário, de ir à luta e cobrar do presidente Joaquim Barbosa que ele reveja sua postura.

O entendimento do CNMP é de que a legalidade não deve se submeter à questão orçamentária. É esse pensamento que devemos levantar, como bandeira, durante o ato do dia 8. Vamos, juntos, buscar a valorização da nossa carreira.

O Ministério Público deu o exemplo, mostrando que é possível. Basta acreditar. Com união e garra, vamos exigir o reenquadramento com mais dois padrões – um direito nosso – de Joaquim Barbosa.

Juntos, somos fortes!



ATO PÚBLICO

DIA 8/08, 15h, NO STF

JUNTOS SOMOS FORTES